

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO 23

1. Introdução	23
1.1. Constituição: conceito	23
1.2. Constituição: estrutura	26
1.3. Direito Constitucional	27
1.4. Constitucionalismo	27
2. Concepções de Constituição	32
2.1. Introdução	32
2.2. Constituição sob o prisma sociológico	32
2.3. Constituição sob o aspecto político	32
2.4. Constituição em sentido jurídico	33
2.5. Concepção culturalista da Constituição (a busca por alguma conexão entre os sentidos anteriormente apresentados)	34
3. Classificação das Constituições	35
3.1. Quanto à origem	35
3.2. Quanto à estabilidade (mutabilidade ou processo de modificação)	36
3.3. Quanto à forma	39
3.4. Quanto ao modo de elaboração	39
3.5. Quanto à extensão	40
3.6. Quanto ao conteúdo	41
3.7. Quanto à finalidade	42
3.8. Quanto à interpretação	42
3.9. Quanto à correspondência com a realidade = critério ontológico	43
3.10. Quanto à ideologia (ou quanto à dogmática)	44
3.11. Quanto à unidade documental (quanto à sistemática)	45
3.12. Quanto ao sistema	45
3.13. Quanto ao local da decretação	46
3.14. Quanto ao papel da Constituição (ou função desempenhada pela Constituição)	46
3.15. Quanto ao conteúdo ideológico (ou quanto ao objeto)	47
3.16. Outras classificações	47
4. Aplicabilidade das Normas Constitucionais	49
4.1. Introdução	49

4.2. A classificação de José Afonso da Silva	50
4.3. A classificação de Maria Helena Diniz	52
4.4. A classificação de Uadi Lammêgo Bulos	52
4.5. Críticas	52
5. Princípios instrumentais de interpretação da Constituição e das leis	52
5.1. Princípio da supremacia da Constituição	53
5.2. Princípio da interpretação conforme a Constituição	53
5.3. Princípio da presunção de constitucionalidade das leis	54
5.4. Princípio da unidade da Constituição	54
5.5. Princípio da força normativa	54
5.6. Princípio do efeito integrador	55
5.7. Princípio da concordância prática ou harmonização	55
5.8. Princípio da máxima efetividade ou da eficiência (intervenção efetiva)	55
5.9. Princípio da conformidade funcional ou justeza	56
6. Elementos da Constituição	56
7. Breve histórico das Constituições Brasileiras	57
8. Quadro sinótico	62
9. Questões	72
9.1. Questões objetivas	72
9.2. Questão discursiva	74
Gabarito – questões objetivas	74
Gabarito – questão discursiva	77

CAPÍTULO 2

PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO E PODERES DERIVADOS (DECORRENTE, REFORMADOR E DIFUSO) 79

1. Introdução	79
2. Natureza do poder constituinte	80
3. Titularidade	81
4. Exercício (ou formas de expressão do poder constituinte)	82
5. Espécies	83
6. Características do poder constituinte originário	85

7.	Direitos adquiridos e o poder constituinte originário	88	7.	Aplicabilidade das normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais	151
8.	O poder constituinte supranacional	89	8.	Eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas (eficácia horizontal e diagonal)	152
9.	Poder constituinte e a tese do patriotismo constitucional.....	89	9.	Colisão de direitos fundamentais	154
10.	Poderes constituídos	90	10.	Limites dos Direitos Fundamentais – Teoria Externa e Interna.....	156
10.1.	Introdução	90	11.	Direitos Fundamentais: limites dos limites.....	158
10.2.	Espécies.....	91	12.	Hierarquia normativa dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos.....	160
10.2.1.	Poder constituído decorrente (ou poder derivado decorrente).....	92	13.	Classificação dos direitos fundamentais.....	162
10.2.2.	Poder constituído reformador (elaboração das emendas constitucionais)	95	14.	Quadro sinótico	163
10.2.2.1.	Introdução.....	95	15.	Questões.....	165
10.2.2.2.	Limitações expressas.....	96	15.1.	Questões objetivas	165
10.2.2.3.	Limitações implícitas.....	106	15.2.	Questão discursiva.....	167
10.3.	Outros mecanismos de modificação da Constituição da República de 1988	111		Gabarito – questões objetivas	167
10.3.1.	A revisão constitucional	111		Gabarito – questão discursiva.....	170
10.3.2.	A mutação constitucional	114			
11.	Quadro sinótico	115			
12.	Questões.....	120			
12.1.	Questões objetivas	120			
	Gabarito – questões objetivas	122			

CAPÍTULO 3

DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL..... 125

1.	Introdução	125
2.	A entrada em vigor de uma nova Constituição.....	125
2.1.	Revogação da Constituição pretérita.....	125
2.2.	Recepção dos diplomas infraconstitucionais	126
3.	Repristinação	131
4.	Recepção material de normas constitucionais	132
5.	Quadro sinótico	133
6.	Questões.....	134
6.1.	Questões objetivas	134
6.2.	Questões discursivas	135
	Gabarito – questões objetivas	136
	Gabarito – questões discursivas	137

CAPÍTULO 4

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS..... 141

1.	Introdução	141
2.	Distinção entre direitos fundamentais e direitos humanos. Distinção entre "Direitos" e "Garantias".....	142
3.	Gerações de direitos fundamentais.....	144
4.	Características dos direitos fundamentais.....	145
5.	Dimensão subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais.....	149
6.	Destinatários dos direitos fundamentais.....	150

7.	Aplicabilidade das normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais	151
8.	Eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas (eficácia horizontal e diagonal)	152
9.	Colisão de direitos fundamentais	154
10.	Limites dos Direitos Fundamentais – Teoria Externa e Interna.....	156
11.	Direitos Fundamentais: limites dos limites.....	158
12.	Hierarquia normativa dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos.....	160
13.	Classificação dos direitos fundamentais.....	162
14.	Quadro sinótico	163
15.	Questões.....	165
15.1.	Questões objetivas	165
15.2.	Questão discursiva.....	167
	Gabarito – questões objetivas	167
	Gabarito – questão discursiva.....	170

CAPÍTULO 5

DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS 173

1.	Introdução	173
2.	Direito à vida.....	174
2.1.	Introdução	174
2.2.	Questões controversas	174
2.2.1.	Princípio da vida humana	175
2.2.2.	Aborto.....	176
2.2.3.	Eutanásia e ortotanásia	178
3.	Direito à privacidade.....	179
3.1.	Introdução	179
3.2.	Direito à intimidade.....	179
3.3.	Direito à vida privada	179
3.4.	Direito à honra e à imagem	180
3.5.	Outros debates acerca da privacidade e intimidade: direito ao esquecimento e proteção às mensagens de WhatsApp	180
3.6.	Sigilos pessoais	184
3.6.1.	Sigilo do domicílio	184
3.6.2.	Sigilo de correspondência.....	187
3.6.3.	Sigilo de dados	187
3.6.3.1.	Dados bancários.....	187
3.6.3.2.	Dados fiscais.....	191
3.6.3.3.	Dados telefônicos.....	191
3.7.	Sigilo das comunicações.....	191
3.7.1.	Sigilo das comunicações telegráficas.....	191
3.7.2.	Sigilo das comunicações telefônicas.....	191
4.	Direito à igualdade	193
4.1.	Introdução	193
4.2.	Princípio da isonomia X ações afirmativas	194
4.3.	Igualdade entre homens e mulheres.....	198
4.4.	Igualdade e identidade de gênero.....	199

4.	Extradição	310
5.	Perda do direito de nacionalidade.....	315
6.	Art. 13, CF/88.....	319
7.	Quadro sinótico	319
8.	Questões.....	322
8.1.	Questões objetivas	322
8.2.	Questão discursiva.....	324
	Gabarito – questões objetivas	324
	Gabarito – questão discursiva.....	326

CAPÍTULO 8

DIREITOS POLÍTICOS E PARTIDOS POLÍTICOS..... 329

1.	Introdução	329
2.	Conceito.....	329
3.	Classificação dos direitos políticos.....	330
4.	Direitos políticos positivos.....	330
4.1.	Soberania popular	330
4.1.1.	Direito de sufrágio	330
4.1.2.	Direito de voto e escrutínio	331
4.1.3.	Ação popular.....	333
4.1.4.	Iniciativa popular de leis	333
4.1.5.	Plebiscito e referendo	334
4.1.6.	Alistabilidade ou capacidade eleitoral ativa	336
4.1.7.	Elegibilidade ou capacidade eleitoral passiva	338
5.	Direitos políticos negativos.....	341
5.1.	Introdução	341
5.2.	Perda de direitos políticos.....	341
5.3.	Suspensão de direitos políticos	341
6.	Inelegibilidades.....	344
6.1.	Introdução.....	344
6.2.	Classificação	345
6.3.	Inelegibilidade absoluta	346
6.4.	Inelegibilidades relativas	346
7.	Ação de impugnação de mandato eletivo	355
8.	Princípio da anterioridade (ou anualidade) eleitoral	356
9.	Partidos Políticos	358
9.1.	Introdução.....	358
9.2.	Conceito	358
9.3.	Notícias históricas.....	358
9.4.	Natureza jurídica e requisitos para criação	359
9.5.	Liberdade e autonomia partidária.....	361
9.6.	Fidelidade partidária	364
9.7.	Financiamento dos Partidos	366
9.8.	Participação política das mulheres.....	367
10.	Quadro sinótico	369
11.	Questões.....	373
11.1.	Questões objetivas	373
11.2.	Questão discursiva.....	375
	Gabarito – questões objetivas	375
	Gabarito – questão discursiva.....	378

CAPÍTULO 9

AÇÕES CONSTITUCIONAIS..... 379

1.	Remédios constitucionais de natureza administrativa (não jurisdicional)	379
1.1.	Direito de petição – art. 5º, XXXIV, “a”, CF/88, c/c Lei nº 4.898/1965	379
1.2.	Direito à obtenção de certidões – art. 5º, XXXIV, “b”, CF/88; c/c Lei nº 9.051/1995	380
2.	<i>Habeas corpus</i> (art. 5º, LXVIII e LXXVII, CF/88).....	380
2.1.	Introdução	380
2.2.	Legitimidade.....	381
2.3.	Espécies	381
2.4.	Cabimento	382
2.5.	Pressuposto lógico e especificidades	384
2.6.	Competência	386
2.7.	Procedimento	388
2.8.	Sistema recursal	388
2.9.	Técnica decisória, repercussões processuais e efeitos	389
2.10.	Do cabimento do <i>Habeas Corpus</i> Coletivo – o caso da substituição da prisão preventiva por domiciliar de mulheres presas, em todo o território nacional, que sejam gestantes ou mães de crianças de até 12 anos ou de pessoas com deficiência	389
3.	Mandado de segurança individual (art. 5º, LXIX, CF/88 e Lei nº 12.016/2009).....	391
3.1.	Introdução.....	391
3.2.	Cabimento	391
3.3.	Hipóteses de restrição de cabimento do mandado de segurança individual.....	392
3.4.	Competência	393
3.5.	Legitimidade ativa e passiva.....	395
3.6.	Procedimento	396
3.7.	Apontamentos acerca do procedimento no mandado de segurança	396
3.8.	Efeitos da decisão e recursos.....	397
3.9.	Prazo para impetração do mandado de segurança	399
4.	Mandado de segurança coletivo (art. 5º, LXX, CF/88)	400
4.1.	Introdução.....	400
4.2.	Hipóteses de cabimento.....	401
4.3.	Legitimidade ativa e passiva.....	401
4.4.	Competência	402
4.5.	Procedimento.....	402
4.6.	Efeitos da decisão.....	403

4.7. Principais súmulas relacionadas ao mandado de segurança	403	4.4. Quanto ao equacionamento das desigualdades, as federações podem ser simétricas ou assimétricas.....	449
5. Mandado de injunção (art. 5º, LXXI, CF/88 e Lei nº 13.300/2016)	405	4.5. Quanto às esferas integrantes da federação, temos o federalismo de segundo e de terceiro grau	450
5.1. Notícias históricas e conceito	405	4.6. O Pensamento do possível no federalismo cooperativo	450
5.2. Requisitos para o cabimento	406	5. A federação na Constituição da República de 1988.....	452
5.3. Legitimidade ativa e passiva	408	5.1. Introdução	452
5.4. Competência	410	5.2. União	452
5.5. Procedimento	410	5.3. Estados-membros.....	453
5.6. Decisão e recursos cabíveis	411	5.4. Municípios	454
5.7. O debate acerca dos efeitos da decisão concessiva de injunção.....	412	5.5. Distrito Federal	454
6. Habeas data (art. 5º, LXXII, CF/88 c/c Lei nº 9.507/1997)	415	5.6. Territórios Federais.....	455
6.1. Introdução	415	6. Formação de novos Estados e Municípios.....	457
6.2. Cabimento	416	6.1. Introdução	457
6.3. Legitimidade ativa e passiva	417	6.2. Formação de novos Estados	457
6.4. Competência	418	6.3. Formação de novos Municípios.....	461
6.5. Procedimento	420	7. Vedações constitucionais.....	463
6.6. Decisão	421	8. Repartição constitucional de competências.....	463
7. Ação popular (art. 5º, LXXIII, CF/88; Lei nº 4.717/1965)	422	8.1. Introdução	463
7.1. Introdução	422	8.2. Princípios norteadores	464
7.2. Conceito	422	8.3. Técnicas de repartição	465
7.3. Espécies.....	422	8.4. Competências da União.....	466
7.4. Requisitos	423	8.4.1. Materiais exclusivas – art. 21, CF/88.....	466
7.5. Legitimidade ativa e passiva.....	424	8.4.2. Legislativas privativas – art. 22, CF/88.....	471
7.6. Competência	425	8.4.3. Materiais comuns – art. 23, CF/88.....	488
7.7. Procedimento	426	8.4.4. Legislativas concorrentes – art. 24, CF/88.....	489
7.8. Decisão na ação popular	426	8.5. Competências dos Estados-membros	497
8. Quadro sinótico	427	8.6. Competências dos Municípios.....	500
9. Questões.....	436	8.7. Competências do Distrito Federal	505
9.1. Questões objetivas	436	9. Quadro sinótico	507
9.2. Questões discursivas	437	10. Questões.....	512
Gabarito – questões objetivas	438	10.1. Questões objetivas – Organização político-administrativa do Estado	512
Gabarito – questões discursivas	440	Gabarito – questões objetivas	514
		10.2. Questões objetivas – Repartição constitucional de competências.....	516
		Gabarito – questões objetivas	517
		10.3. Questão discursiva.....	520
		Gabarito – questão discursiva.....	520
		CAPÍTULO 11	
		INTERVENÇÃO	523
		1. Introdução	523
		2. Conceito.....	523
		3. Princípios que regem o processo interventivo	524

CAPÍTULO 10**ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO****443**

1. Introdução	443
2. Forma de Estado.....	443
3. Tipologias de formas de Estado	443
3.1. Estado unitário	443
3.2. Estado federado	444
3.3. Outras formas de Estado	446
4. Classificação das federações.....	447
4.1. Quanto à origem (ou formação).....	448
4.2. Quanto à atual concentração de poder.....	448
4.3. Quanto à repartição de competências	449

CAPÍTULO 11**INTERVENÇÃO****523**

1. Introdução	523
2. Conceito.....	523
3. Princípios que regem o processo interventivo	524

3.1.	Princípio da não intervenção (ou da excepcionalidade da medida)	524	6.5.	Imunidades dos demais membros do Poder Legislativo	604
3.2.	Princípio da taxatividade	524	6.5.1.	Âmbito estadual e distrital.....	604
3.3.	Princípio da temporariedade.....	525	6.5.2.	Âmbito municipal.....	606
4.	Espécies de intervenção	525	6.6.	Foro por prerrogativa de função	607
4.1.	Intervenção federal	525	6.6.1.	Introdução.....	607
4.2.	Intervenção estadual.....	532	6.6.2.	Foro especial para os congressistas	608
5.	Quadro sinótico	533	6.6.3.	Foro especial para os Deputados Estaduais e Vereadores	616
6.	Questões.....	535	7.	Incompatibilidades	618
6.1.	Questões objetivas	535	8.	Hipóteses de perda do mandato	619
	Gabarito – questões objetivas	537	8.1.	A cassação e a extinção do mandato.....	619
			8.1.1.	Cassação	619
			8.1.2.	Extinção	620
			8.1.3.	A polêmica envolvendo a condenação criminal transitada em julgado e a perda (automática ou não?) do mandato do congressista	621
			8.1.4.	Quadro para fixação das diferentes hipóteses de perda do mandato.....	624
			8.2.	A perda como decorrência da desfiliação partidária sem justa causa ou anuência do partido	624
			8.3.	A impossibilidade de as Constituições Estaduais inovarem em matéria de perda de mandato parlamentar	627
			8.4.	A possibilidade de o Supremo Tribunal Federal determinar a suspensão de um parlamentar de suas funções	627
			9.	Hipóteses que não ensejam a perda do mandato	629
			10.	Tribunal de Contas.....	630
			10.1.	Introdução	630
			10.2.	Composição do Tribunal de Contas da União	631
			10.3.	Garantias dos integrantes dos Tribunais de Contas.....	632
			10.4.	Atribuições dos Tribunais de Contas e a prerrogativa para apresentação de projetos de lei	634
			10.5.	Rejeição da prestação de contas e inelegibilidade.....	641
			10.6.	Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Contas da União	642
			10.7.	Tribunais de Contas dos Estados-membros, Distrito Federal e Municípios.....	642
			10.8.	Comentários finais sobre as Cortes de contas	644
			11.	Quadro sinótico	645
			12.	Questões.....	652
			12.1.	Questões objetivas	652
				Gabarito – questões objetivas	654
CAPÍTULO 12					
PODER LEGISLATIVO 541					
1.	Introdução	541			
2.	Estrutura do Poder Legislativo.....	543			
3.	Composição e atribuições das Casas Legislativas	544			
3.1.	Câmara dos Deputados	544			
3.2.	Senado Federal.....	548			
3.3.	Quadro comparativo da composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal	551			
3.4.	Assembleias Legislativas.....	552			
3.5.	Câmara Legislativa do Distrito Federal	553			
3.6.	Câmaras Municipais	554			
4.	Funcionamento e direção do Poder Legislativo....	554			
4.1.	Noções introdutórias.....	554			
4.2.	Do funcionamento: sessão legislativa ordinária, sessão legislativa extraordinária e legislatura	555			
4.3.	Sessões preparatórias e Mesas Diretoras..	557			
4.4.	Sessão conjunta.....	562			
5.	Das Comissões Parlamentares	562			
5.1.	Introdução	562			
5.2.	Comissão representativa do Congresso Nacional.....	563			
5.3.	Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)	564			
5.3.1.	Introdução.....	564			
5.3.2.	Notícias históricas	564			
5.3.3.	As Comissões Parlamentares de Inquérito na Constituição Federal de 1988	566			
6.	Imunidades dos congressistas	587			
6.1.	Introdução	587			
6.2.	Imunidade material	590			
6.3.	Imunidades formais.....	594			
6.3.1.	Imunidade formal relativa à prisão (<i>freedom from arrest</i>).....	595			
6.3.2.	Imunidade formal relativa ao processo	600			
6.4.	Imunidade testemunhal (ou probatória)	603			

CAPÍTULO 13**PROCESSO LEGISLATIVO 659**

1. Introdução	659
2. Espécies de processo legislativo	661
3. Espécies normativas	662
3.1. Introdução	662
3.2. Leis ordinárias – processo legislativo ordinário	662
3.3. Procedimento legislativo sumário ou regime de urgência constitucional (art. 64, §§ 1º a 4º, CF/88)	685
3.4. Leis complementares.....	686
3.5. Leis delegadas	689
3.6. Medidas Provisórias	691
3.6.1. Introdução.....	691
3.6.2. Legitimidade para a edição	692
3.6.3. Pressupostos constitucionais legitimadores.....	693
3.6.4. Limites materiais à edição.....	693
3.6.5. Produção de efeitos (eficácia da medida).....	696
3.6.6. Procedimento	696
3.6.7. Rejeição e conversão da MP em lei	699
3.6.8. Últimas observações sobre as medidas provisórias	701
3.7. Decretos legislativos.....	703
3.8. Resoluções.....	704
4. Quadro sinótico	705
5. Questões.....	712
5.1. Questões objetivas	712
Gabarito – questões objetivas	714

CAPÍTULO 14**PODER EXECUTIVO 719**

1. Introdução	719
2. Estruturas organizacionais do Poder Executivo	720
3. Sistemas de Governo	720
3.1. Introdução	720
3.2. Presidencialismo e Parlamentarismo	720
3.3. O semipresidencialismo (ou semiparlamentarismo).....	723
3.4. O presidencialismo como sistema preferencial de Governo nas Constituições brasileiras.....	723
4. O Poder Executivo na Constituição da República de 1988.....	724
5. Eleição, sistemas eleitorais e mandato do Presidente da República	728
6. Posse.....	733
7. Impossibilidades de exercer o cargo: o impedimento e a vacância	734

8. Licença	740
9. Atribuições do Presidente da República	740
10. Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional: órgãos consultivos.....	744
10.1. Introdução	744
10.2. Conselho da República	744
10.3. Conselho de Defesa Nacional	744
11. Imunidades	745
11.1. Imunidades do Presidente da República	745
11.2. Imunidades dos Governadores e dos Prefeitos.....	748
12. Responsabilidade do Presidente da República	750
12.1. Introdução	750
12.2. Juízo de admissibilidade realizado pela Câmara dos Deputados	751
12.3. Crimes comuns	754
12.4. Crimes de responsabilidade	755
13. Responsabilidade dos Governadores e dos Prefeitos.....	760
14. Conclusões finais sobre a perda do mandato	764
15. Quadro sinótico	765
16. Questões.....	769
16.1. Questões objetivas	769
Gabarito – questões objetivas	770

CAPÍTULO 15**PODER JUDICIÁRIO 775**

1. Introdução	775
2. Órgãos do Poder Judiciário	777
2.1. Organograma do Poder Judiciário	778
2.2. Número de membros dos órgãos do Poder Judiciário	779
2.3. Padrão de idade como requisito de ingresso	780
2.4. Aprovação prévia pelo Senado Federal como requisito para a posse	780
3. Princípios de observância obrigatória no estatuto da magistratura.....	781
4. A regra do quinto constitucional	785
4.1. O quinto constitucional e o “pensamento do possível”	787
5. Garantias do Poder Judiciário	788
5.1. Introdução	788
5.2. Garantias institucionais	788
5.2.1. Garantias de autonomia orgânico-administrativa	788
5.2.2. Garantias de autonomia financeira	790
5.3. Garantias funcionais (ou de órgãos).....	790
5.3.1. Garantias de independência dos órgãos judiciários	791

5.3.2. Garantias de imparcialidade dos órgãos judiciários	793	12. Tribunais e Juízes Eleitorais (arts. 118 a 121, CF/88)	840
6. Conselho Nacional de Justiça	795	13. Tribunais e Juízes Militares (arts. 122 a 124, CF/88)	842
6.1. Aspectos introdutórios	795	14. Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais (arts. 106 a 110, CF/88)	844
6.2. Regras referentes à composição	795	15. Tribunais e Juízes dos Estados (arts. 125 e 126, CF/88)	849
6.3. Competências do Conselho	797	16. Quadro sinótico	850
6.4. Controle judicial da atuação do CNJ	799	17. Questões	857
6.5. A discussão sobre a constitucionalidade do Conselho Nacional de Justiça	801	17.1. Questões objetivas	857
7. Súmulas Vinculantes	801	17.2. Questão discursiva	858
7.1. Introdução	801	Gabarito – questões objetivas	859
7.2. Notícias históricas: direito comparado e direito pátrio	801	Gabarito – questão discursiva	861
7.3. Súmulas Vinculantes: alguma arquitetura	803		
7.3.1. Previsão constitucional, legal e finalidade	803	CAPÍTULO 16	
7.3.2. Competência exclusiva	803	FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	863
7.3.3. Pressupostos (requisitos constitucionais)	803	1. Introdução	863
7.3.4. Objeto	804	2. Ministério Público	863
7.3.5. Legitimidade para provocar a edição, revisão ou cancelamento do enunciado de súmula vinculante	804	2.1. Introdução	863
7.3.6. Aspectos procedimentais	806	2.2. Natureza	864
7.3.7. O efeito vinculante	806	2.3. Princípios institucionais	865
7.3.8. Cabimento da reclamação	807	2.4. Ingresso na carreira	868
8. Arquitetura do Poder Judiciário	807	2.5. Garantias e vedações aos membros do Ministério Público	869
8.1. Introdução	807	2.6. Organização e composição do Ministério Público	874
8.2. Órgãos de convergência	807	2.7. Procurador-Geral da República	875
8.3. Órgãos de superposição	808	2.8. Procurador-Geral de Justiça	878
8.4. Justiça comum	808	2.9. Conselho Nacional do Ministério Público	879
8.5. Justiça especial	808	2.10. Funções Institucionais do Ministério Público	881
9. O Supremo Tribunal Federal (arts. 101 a 103, CF/88)	809	2.10.1. Investigação criminal e teoria dos “poderes implícitos”	883
9.1. Introdução	809	2.11. Ministério Público nos Tribunais de Contas	885
9.2. Composição	809	3. Advocacia pública	886
9.3. Atribuições	811	3.1. Introdução	886
9.3.1. Primeiras palavras	811	3.2. Organização da Advocacia-Geral da União	887
9.3.2. Inciso I – Competências originárias	814	3.3. O Advogado-Geral da União	888
9.3.3. Inciso II – Competência recursal ordinária	827	3.4. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal	889
9.3.4. Inciso III – Competência recursal extraordinária	828	3.5. Pagamento de honorários de sucumbência aos advogados públicos	892
10. Superior Tribunal de Justiça (arts. 104 e 105, CF/88)	832	4. Advocacia privada	893
10.1. Introdução	832	4.1. Introdução	893
10.2. Composição	832	4.2. Habilitação para a profissão de advogado e a questão da indispensabilidade	893
10.3. Competências	834	4.3. A inviolabilidade do advogado	894
10.4. Competências comparadas	835	4.4. Direitos do advogado	895
11. Justiça do Trabalho (arts. 111 a 116, CF/88)	837	5. Defensoria Pública	896
		5.1. Introdução	896

5.2.	Notícias históricas.....	897	6.1.	Introdução	943
5.3.	Arquitetura e organização da Defensoria Pública	899	6.2.	Controle concentrado no Brasil.....	943
5.4.	Garantias, prerrogativas e vedações para os membros da Defensoria Pública	902	6.3.	Ação Direta de Inconstitucionalidade.....	945
5.5.	Destinatários dos serviços prestados pela Defensoria Pública.....	905	6.3.1.	Introdução.....	945
5.6.	Legitimidade para a propositura de ação civil pública.....	906	6.3.2.	Legitimidade ativa.....	945
6.	Quadro comparativo.....	906	6.3.3.	Parâmetro e objeto	951
7.	Quadro sinótico	907	6.3.4.	Procedimento	958
8.	Questões.....	912	6.3.5.	Atuação do Procurador-Geral da República e do Advogado-Geral da União no controle concentrado de constitucionalidade.....	962
8.1.	Questões objetivas	912	6.3.6.	<i>Amicus curiae</i>	965
	Gabarito – questões objetivas	914	6.3.7.	Medida cautelar.....	968
			6.3.8.	Efeitos das decisões definitivas.....	969
			6.3.9.	Possibilidade recursal	976
			6.3.10.	Técnicas de decisão.....	978
			6.4.	Ação Declaratória de Constitucionalidade	981
			6.4.1.	Introdução.....	981
			6.4.2.	Legitimidade ativa.....	981
			6.4.3.	Parâmetro e objeto	982
			6.4.4.	Competência.....	982
			6.4.5.	Aspectos procedimentais.....	982
			6.4.6.	Medida cautelar na ADC	984
			6.4.7.	Decisão definitiva.....	984
			6.5.	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.....	985
			6.5.1.	Introdução.....	985
			6.5.2.	Objeto	986
			6.5.3.	Legitimidade ativa e passiva	986
			6.5.4.	Procedimento	987
			6.5.5.	Medida liminar.....	987
			6.5.6.	Efeitos da decisão definitiva.....	988
			6.6.	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental	989
			6.6.1.	Introdução.....	989
			6.6.2.	Legitimidade ativa.....	990
			6.6.3.	Parâmetro	990
			6.6.4.	Princípio da subsidiariedade: definição, a aplicação da fungibilidade e a definição do objeto	991
			6.6.5.	Espécies de ADPF	993
			6.6.6.	Medida cautelar na ADPF	995
			6.6.7.	Decisão definitiva.....	996
			6.6.8.	Viabilidade de acordo no âmbito da ADPF.....	997
			7.	Quadro sinótico	998
			8.	Questões.....	1008
			8.1.	Questões objetivas	1008
			8.2.	Questão discursiva.....	1010

CAPÍTULO 17**CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE 917**

1.	Introdução	917
2.	Tipologia da inconstitucionalidade.....	918
2.1.	Introdução.....	918
3.	Parâmetro para a declaração de constitucionalidade ou inconstitucionalidade	924
4.	Classificação das fórmulas adotadas para o controle de constitucionalidade.....	924
4.1.	Introdução	924
4.2.	Quanto à natureza do órgão.....	925
4.3.	Quanto ao momento do controle.....	925
4.4.	A relação entre o órgão e o momento de controle no direito brasileiro.....	926
4.5.	Quanto ao número de órgãos competentes para a realização do controle.....	930
4.6.	Quanto à finalidade (ou objetivo) do controle	931
5.	Controle difuso de constitucionalidade.....	932
5.1.	Introdução	932
5.2.	Primeiras palavras	932
5.3.	O Controle difuso nos Tribunais	934
5.4.	Efeitos da decisão.....	936
5.4.1.	Introdução.....	936
5.4.2.	Efeitos quanto ao aspecto temporal	937
5.4.3.	Efeitos quanto ao aspecto subjetivo	938
5.5.	A atuação do Senado Federal no controle difuso.....	939
5.6.	A abstrativização (ou objetivação) do controle difuso	939
5.7.	Tipos de ações no controle difuso.....	941
5.7.1.	Introdução.....	941
5.7.2.	O controle difuso e a ação civil pública.....	941
6.	Controle concentrado.....	943

Gabarito – questões objetivas	1010
Gabarito – questão discursiva.....	1013

CAPÍTULO 18

CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE NOS ESTADOS 1015

1. Introdução	1015
2. Competência.....	1016
3. Objeto.....	1016
4. Parâmetro.....	1017
4.1. Introdução	1017
4.2. Constituição Estadual como parâmetro	1017
4.3. Constituição Federal como parâmetro	1018
5. Legitimação	1019
6. Ações possíveis em âmbito estadual	1021
7. Interposição de Recurso Extraordinário no STF em face das decisões prolatadas pelo Tribunal de Justiça	1021
8. Simultaneidade de ações diretas de inconstitucionalidade	1023
9. Quadro sinótico	1025
10. Questões.....	1027
10.1. Questões objetivas	1027
Gabarito – questões objetivas	1028

CAPÍTULO 19

DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS 1035

1. Introdução	1035
2. Da defesa das instituições democráticas	1036
3. Estado de Defesa	1037
3.1. Introdução	1037
3.2. Hipóteses de decretação (pressupostos materiais ou condições de fundo para a decretação).....	1038
3.3. Titularidade	1038
3.4. Requisitos (condições de forma)	1038
3.5. Procedimento	1038
3.6. Medidas coercitivas.....	1039
3.7. Controle.....	1039
4. Estado de Sítio	1041
4.1. Introdução	1041
4.2. Hipóteses de decretação	1041
4.3. Titularidade	1041
4.4. Requisitos	1041
4.5. Procedimento e prazo	1042
4.6. Restrições de Direitos.....	1042
4.7. Controle.....	1043
5. Forças Armadas	1044
5.1. Introdução	1044

5.2. Missões constitucionais das Forças Armadas	1044
5.3. Características	1047
6. Segurança Pública.....	1051
6.1. Introdução.....	1051
6.2. Órgãos de segurança pública – alguma arquitetura	1052
6.3. Órgãos federais – a segurança pública realizada pelos órgãos da União	1054
6.4. Órgãos estaduais – a segurança pública realizada pelos órgãos dos Estados	1055
6.5. A segurança pública no Distrito Federal	1058
6.6. A segurança pública nos Municípios	1058
6.7. A segurança pública nos Territórios Federais	1061
6.8. Direito de greve e carreiras de segurança pública.....	1061
7. Quadro sinótico	1062
8. Questões.....	1067
8.1. Questões objetivas	1067
Gabarito – questões objetivas	1068

CAPÍTULO 20

ORDEM ECONÔMICA..... 1071

1. Introdução	1071
2. Princípios gerais da ordem econômica	1072
3. Análise dos artigos 171 a 192 da Constituição	1079
3.1. Art. 171.....	1079
3.2. Art. 172.....	1079
3.3. Arts. 173 e 174: a atuação do Estado no domínio econômico.....	1080
3.4. Arts. 175 a 181: outras formas de atuação do Estado no domínio econômico.....	1083
3.5. Arts. 182 e 183: política urbana	1084
3.6. Arts. 184 a 191: política agrícola, fundiária e reforma agrária.....	1085
3.7. Art. 192: sistema financeiro nacional	1087
4. Quadro sinótico	1088
5. Questões.....	1089
5.1. Questões objetivas	1089
Gabarito – questões objetivas	1091

CAPÍTULO 21

ORDEM SOCIAL..... 1097

1. Introdução	1097
2. Da seguridade social	1098
2.1. Notícias históricas.....	1098
2.2. Definição	1099
2.3. Financiamento.....	1099
2.4. Objetivos	1099
2.5. Saúde.....	1100
2.6. Previdência Social.....	1106

SUMÁRIO

2.7. Assistência Social.....	1107	8. Dos índios (arts. 231 e 232, CF/88).....	1129
3. Da educação, da cultura e do desporto (arts. 205 a 217, CF/88).....	1108	9. Quadro sinótico	1133
4. Da ciência, tecnologia e inovação (arts. 218 a 219-B, CF/88)	1118	10. Questões.....	1135
5. Da comunicação social (arts. 220 a 224, CF/88) ...	1120	10.1. Questões objetivas	1135
6. Do meio ambiente	1122	10.2. Questões discursivas	1137
7. Da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso	1124	Gabarito – questões objetivas	1138
		Gabarito – questões discursivas	1141
		BIBLIOGRAFIA.....	1143